



Estatística & Informações

Demografia e Indicadores Sociais

9

Perfil dos Jovens em Áreas de Vulnerabilidade Social Educação e Trabalho

Belo Horizonte | 2018

Governador do Estado de Minas Gerais
Fernando Damata Pimentel

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão
Helvécio Miranda Magalhães Júnior

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP

Presidente

Roberto do Nascimento Rodrigues

Vice-presidente

Daniel Lisbeni Marra Fonseca

Diretoria de Estatística e Informações

Júnia Santa Rosa

Diretoria de Cultura, Turismo e Economia Criativa

Bernardo Novais da Mata Machado

Diretoria de Informação Territorial e Geoplataformas

Daniel Lisbeni Marra Fonseca

Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças

Josiane Vidal Vimieiro

Diretoria de Políticas Públicas

Celeste de Souza Rodrigues

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Maria Isabel Araújo Rodrigues

UNIDADE RESPONSÁVEL

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (Direi)

Júnia Santa Rosa (diretora)

Coordenação das Estatísticas Sociais

Juliana Ruas Riani

Equipe técnica

Elaboração

Juliana de Lucena Ruas Riani
Helena Teixeira Magalhães Soares
Nícia Raies Moreira de Souza
Renato do Vale Santos

Produção editorial

Caio César Soares Gonçalves
João Bosco Assunção

Capa

Bárbara Andrade Corrêa da Silva

Revisão

Heitor Vasconcelos

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (DIREI)
COORDENAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS SOCIAIS

Estatística & Informações

9

PERFIL DOS JOVENS EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Educação e Trabalho

Belo Horizonte

2018

ISSN 2595-6132

CONTATOS E INFORMAÇÕES
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (DIREI)
Alameda das Acácias, 70 –
Bairro São Luís/Pampulha
CEP: 31275-150 - Belo Horizonte - Minas Gerais
Telefones: (31) 3448-9550 e 3448-9580
www.fjp.mg.gov.br
e-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br

Estatística & Informações divulga estudos de uma ou mais pesquisas de autoria institucional. A série está subdividida em dois grupos: o primeiro, Indicadores Econômicos, e o segundo, Demografia e Indicadores Sociais.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra por qualquer meio desde que citada a fonte.

Sinais convencionais utilizados:

- = Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
- .. = Não se aplica dado numérico.
- ... = Dado numérico não disponível.
- 0,0 = Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo
- 0,0 = Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo

P438 Perfil dos jovens em áreas de vulnerabilidade social: educação e trabalho /
Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. – Belo
Horizonte: FJP, 2018.

45 p. – (Estatística & Informações ; n. 9)
Inclui bibliografia.

ISSN 2595-6132

1. Condições sociais – Jovens. 2. Vulnerabilidade social – Jovens. I. Fundação
João Pinheiro. Diretoria de Estatística e Informações. II. Série.

CDU 308-053.7

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 EDUCAÇÃO	10
2.2 TAXA DE ANALFABETISMO	10
2.2 TAXA DE ATENDIMENTO.....	16
2.3 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA	20
2.4 DEFASAGEM FAIXA ETÁRIA/NÍVEL DE ENSINO	23
3 TRABALHO	26
3.1 TAXA DE OCUPAÇÃO	26
3.3 ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL	29
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44

APRESENTAÇÃO

A série “Estatística & Informações” divulga os estudos produzidos pela Diretoria de Estatística e Informações (Direi), da Fundação João Pinheiro (FJP), em seus mais diversos recortes ao tratar dos indicadores econômicos, demográficos e sociais. Em sua edição número 9, apresenta os principais resultados da pesquisa “Diagnóstico das Regiões Intraurbanas para a Formulação de Políticas Públicas com Foco na População Jovem, de 15 a 29 anos, em Situação de Vulnerabilidade Social”, encomendada pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese).

1 INTRODUÇÃO

Este volume da série “Estatísticas & Informações” sintetiza os resultados dos diagnósticos realizados em 20 regiões intraurbanas do estado de Minas Gerais selecionadas para participar do “Programa Juventudes - Cooperação para Promoção da Autonomia Jovem”, coordenado e executado pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese-MG). O objetivo do Programa Juventudes é contribuir para a emancipação, a autonomia e a inclusão social e produtiva de jovens em situação de vulnerabilidade e risco social residentes em municípios do estado de Minas Gerais. Os objetivos específicos são: fomentar a cooperação intergovernamental e intersetorial visando a favorecer a promoção dos direitos dos jovens; aprimorar e ampliar a oferta de ações e serviços de promoção e proteção voltados para jovens; incentivar a participação social, política e cultural de jovens.

Com a finalidade de subsidiar o Programa Juventudes e, assim, produzir conhecimentos mais específicos e aprofundados para um melhor planejamento e execução da política, a Fundação João Pinheiro (FJP) analisou as situações de vulnerabilidade dos jovens de 15 a 29 anos nas 20 regiões intraurbanas selecionadas a partir de informações quantitativas para a compreensão das especificidades relativas às áreas de maior incidência da violência urbana que afeta a juventude. A identificação das áreas de atuação do programa levou em consideração a incidência de homicídios consumados de jovens, o percentual de domicílios pobres¹ que tinham jovens residentes e o percentual de jovens que não estudam e não trabalham para os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e o percentual de jovens analfabetos para os municípios do interior do estado.

A vulnerabilidade social do segmento juventudes resulta de uma série de fatores, frequentemente sobrepostos. A combinação de baixa escolaridade e renda, dificuldade de inserção no mercado de trabalho e barreiras de acesso às políticas sociais e às atividades culturais e de lazer pode ser entendida como causas estruturais para a vulnerabilização dos grupos sociais. É um fenômeno que tem atingido de forma significativa grande parcela da população jovem em diferentes municípios de Minas Gerais.

Geralmente as dimensões principais para o estudo das vulnerabilidades sociais são trabalho (considerando a flexibilização das relações de trabalho e a informalidade, que acabam por gerar tanto inseguranças na inserção no mercado quanto precarização do trabalho), capital humano (saúde e educação) e relações sociais (capital social, vínculos e redes dos indivíduos e famílias) (PIZARRO, 2001).

¹ Domicílios com renda *per capita* menor do que R\$140,00.

Dado esse contexto, os diagnósticos das regiões intraurbanas consideraram as seguintes dimensões: perfil sociodemográfico, habitação e condições de moradia, educação, trabalho e renda, saúde, exposição à violência, proteção social (grau de vulnerabilidade socioeconômica e cobertura dos programas sociais de assistência social), rede de serviços e equipamentos de utilidade pública e cultura.

Devido à quantidade de informações, neste volume do “Estatística & Informações” são apresentadas apenas as análises sobre educação e trabalho dos jovens dessas regiões intraurbanas. Essas duas dimensões, trabalho e educação, são sobrepostas no que tange à superação ou ao aprofundamento das vulnerabilidades. O baixo nível de escolaridade dos jovens das regiões mais pobres e vulneráveis do estado é um dos fatores que prejudica sua inserção no mercado de trabalho. Frequentemente eles têm trajetórias erráticas e têm acesso a postos de trabalho mais precários em termos de renda e condições de trabalho. Por sua vez, a necessidade de trabalho para aumentar a renda familiar é um dos motivos que levam o jovem a se evadir da educação formal. É gerado, portanto, um ciclo vicioso, que colabora com o crescimento e aprofundamento da vulnerabilidade social. Cabe ao poder público romper esse ciclo por meio do aumento da oferta de serviços públicos e de políticas de enfrentamento das vulnerabilidades.

Os dados utilizados para a análise dessas duas dimensões foram provenientes dos microdados do censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)². Deve-se considerar, porém, a dificuldade de se obter informações secundárias em nível muito desagregado. As regiões intraurbanas selecionadas para a atuação da Sedese são agregações de setores censitários³ que, em alguns casos, são menores que bairros. Dessa forma, foi necessário compatibilizar as áreas selecionadas pela Sedese com a agregação disponível nos microdados do censo demográfico. Neste último, o menor nível de desagregação é a Área de Ponderação (AP), que consiste em uma unidade geográfica, formada por um agrupamento de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população. A área de ponderação não é exatamente a mesma área de atuação da Sedese, mas é o mais próximo a que se consegue chegar num nível menor de desagregação nessa base de dados. Dessa forma, foi necessário compatibilizar os setores censitários que compõem as regiões intraurbanas selecionadas pela Sedese com os setores censitários das áreas de ponderação. A área de ponderação utilizada para extrair características importantes da população é maior que a região intraurbana selecionada para

² Nas outras dimensões, saúde, segurança e assistência social, foram utilizados dados provenientes de outras fontes, como o Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único), o Atlas do Desenvolvimento Humano, o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus) e o Registro de Eventos de Defesa Social (Reds).

³ O setor censitário é a unidade territorial criada de controle cadastral da coleta, constituída por áreas contíguas, respeitando-se os limites da divisão político-administrativa, do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além dos parâmetros de dimensão mais adequados à operação de coleta. É a menor unidade territorial. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012).

participar do Programa Juventudes. Apesar disso, essa análise é a forma mais próxima de se obter um conjunto rico de dados para uma área muito desagregada.

Os indicadores da dimensão educação para os municípios e as áreas intraurbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) foram retirados do Atlas do Desenvolvimento Humano, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela FJP. Nessa base, a unidade geográfica são as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), que são um conjunto de setores censitários contíguos com maior homogeneidade socioeconômica. Da mesma forma que no caso dos dados do censo demográfico, os setores censitários que compõem as UDH não são os mesmos que compõem as áreas de atuação selecionadas pela Sedese. É necessário, portanto, fazer uma compatibilização.

Além da análise dos dados secundários, a FJP, juntamente com a Sedese, realizou oficinas com atores que atuam e/ou residem nas regiões intraurbanas selecionadas para o Programa Juventudes. Essas oficinas tiveram o objetivo de qualificar os indicadores encontrados com os dados secundários e ajudar a entender as particularidades de cada território. As conversas realizadas nessas oficinas qualificaram o olhar sobre os dados quantitativos e, sempre que possível, foram incorporadas às análises.

O presente volume divide-se em quatro partes. A primeira é composta por esta introdução. A segunda apresenta as análises da dimensão educação; a terceira seção, as análises relativas à condição de trabalho dos jovens. Por fim, a última parte tece as considerações finais.

2 EDUCAÇÃO

A educação é um fator de proteção relevante para a criança e o adolescente. Ela tem influência direta na produtividade dos trabalhadores, consequentemente nos salários e na probabilidade de participar da força de trabalho, diminuindo a pobreza e a desigualdade. Somado a isso, tem impactos diretos na qualidade de vida, com influência positiva na saúde, na redução da criminalidade, e na maior consciência de cidadania e no aumento da participação política (HANUSHEK, 2002). Além disso, a Constituição Federal de 1988 estabelece, como dever do Estado e da família, a promoção de uma educação universal, gratuita e de qualidade, com vistas ao desenvolvimento do indivíduo para o exercício da cidadania e do trabalho.

O baixo acesso à educação constitui, portanto, um fator de vulnerabilidade. Por outro lado, a disponibilidade de recursos para o aumento da escolaridade das populações jovens representa uma estratégia para a superação dessa condição.

Para estudar a situação dos jovens foram considerados indicadores que captaram seus acessos ao sistema de ensino, a defasagem escolar, consequência de problemas de fluxo no sistema de ensino, e a taxa de analfabetismo, indicador social significativo. Esses dados foram calculados a partir dos microdados do censo demográfico de 2010.

2.2 Taxa de analfabetismo

Em um estudo de segmento populacional como o é o caso – juventudes – importa considerar o nível de escolaridade alcançado e as condições para seu avanço em termos de ofertas de serviços educacionais. Trata-se de premeditar as possibilidades de avanço ou as desvantagens que concernem ao grupo no que se refere a uma inserção digna no mercado de trabalho e à melhoria das condições de vida. A variância na definição dos termos específicos da área educacional não reduz a importância das evidências que os dados estatísticos apontam, vistas as condições de desigualdade social que expressam.

Os dados demográficos podem ser classificados a partir das dimensões do tipo de fonte e de unidade de análise que desembocam no aspecto do conteúdo. Tal definição torna-se importante, pois reflete o significado dos dados. Em se tratando de dados oriundos dos censos demográficos, as informações expressam o estado ou a situação da população no período em que estão sendo realizados os levantamentos censitários e que se dão por unidades estatísticas concretas, sejam indivíduo ou domicílio. Dessa forma, pode-se dizer que, pelo Censo 2010, os dados referentes ao nível de escolaridade, sejam analfabetismo, frequência ou níveis de escolaridade como anos de estudo, refletem o estado do grupo da juventude em evidência. Já os dados oriundos de registros administrativos como matrícula, aprovação e reprovação, evasão

dizem do movimento educacional, pois registram a situação no momento em que o dado está sendo coletado. Diz-se de eventos demográficos e permitem descrever a população a partir de seu movimento ou dinâmica populacional.

Inicialmente, a discussão do fenômeno do analfabetismo exige a retomada do percurso sócio histórico de formação da sociedade brasileira e os contornos atribuídos à situação com denominações conceituais que remetem a compreensões diferentes sobre seu significado.

Por longos anos, a discussão em torno o analfabetismo não emergiu na agenda pública no Brasil. Ao contrário, para grande parte do contingente populacional originário das terras africanas e para os nativos foi-lhes vedado o acesso à leitura e escrita, reflexo da precariedade do sistema educacional em termos quantitativo e qualitativo.

A Lei Saraiva, de 1882, evidenciou a situação ao impedir o acesso de pessoas analfabetas ao voto, quesito legal mantido na Constituição de 1891. Essa posição política retrata a atribuição de incapacidade ao cidadão pela condição de analfabeto. Com os dados do Censo de 1890 que posicionaram o Brasil com a taxa mais alta de analfabetismo, tal evidência gerou implicações políticas à época em um contexto de propulsão de ideias ligadas ao liberalismo e patriotismo. Ainda assim não se deslocou a compreensão do fenômeno a partir da relação direta entre alfabetização e trabalho ou produção (PAIVA, 1990).

Até o período pós-guerra, a discussão no cenário político brasileiro sobre as proposições legais, as maneiras de qualificações atribuídas às pessoas analfabetas não eram entendidas como condição de discriminação e exclusão social em que se encontra quem não tem escolarização mínima. Segundo Freire (2001), termos como erradicação do analfabetismo, que o remetem ao imaginário de erva daninha ou enfermidade como algo transmissível, entre outros, apenas reforçam a envergadura da ausência de um Estado capaz de prover condições iguais a todos como cidadãos também na educação, e não somente como trabalhadores e pagadores de impostos.

Pelo censo demográfico, a definição de analfabetismo como saber ler e escrever um bilhete simples remete, portanto, à compreensão de que tal condição extrapola o domínio de conhecimentos linguísticos básicos às relações sociais pelo indivíduo. Trata-se de exclusão, segregação e rotulação do indivíduo. Torna-se uma barreira que delimita seu direito de ir e vir em uma sociedade com uso de instrumentos tecnológicos. Pode-se dizer que o fenômeno do analfabetismo se apresenta com dimensões econômicas, políticas e sociais e que o alcance educacional significa o reconhecimento mínimo e básico ao mesmo tempo singular do indivíduo para a disposição à cidadania.

No percurso da história dos censos demográficos, a variação da fórmula do cálculo da taxa de analfabetismo refletiu as concepções do termo à época, por influências das forças políticas e econômicas, conforme o julgo

de interesses. A atual metodologia adotada no Brasil atende às orientações da Unesco em 1950 que delimitaram as taxas de analfabetismo para a população com 15 anos ou mais, possibilitando uma comparação internacional.

A fórmula para o cálculo da taxa de analfabetismo é:

$$\% \text{ de pessoas que não sabem ler ou escrever um bilhete simples} \\ \text{entre a população de 15 anos ou mais} \times 100$$

Por intermédio do levantamento de dados feito por Ferraro (2002) e pelos censos demográficos, completado com os dados do ano 2010, observa-se a queda sucessiva da taxa de analfabetismo no Brasil desde os anos 40 do século passado. No entanto, vê-se que até 1991 o número absoluto de pessoas analfabetas aumentou, ainda que numa proporção menor que o ritmo de crescimento atingido pela população total.

Tabela 2.1: Distribuição da população brasileira conforme número de analfabetos e taxa de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais segundo dados dos censos demográficos Brasil: 1940 a 2010.

Ano do censo	População		Taxa de analfabetismo
	Total	Nº analfabetos	
1940	29 037 849	16 452 832	56,7
1950	36 557 990	18 812 419	51,5
1960	48 839 558	19 378 801	39,7
1970	65 867 723	21 638 913	32,9
1980	87 805 265	22 393 295	25,5
1991	112 860 254	21 330 966	18,9
2000	136 881 115	17 552 762	12,8
2010	145 137 219	13 933 173	9,6

Fonte: FERRARO (2002, p. 34) e Censo demográfico 2010.

Como se observa, até 1960, quase 40% da população brasileira eram analfabetos, e o censo à época mostrou que menos de 50% das crianças da faixa etária de sete a 14 anos encontravam-se matriculadas nas escolas, quando a escolaridade obrigatória era de quatro anos a partir dos sete anos de idade (DURHAM, 2003). Somente em 1971 a legislação amplia para oito anos de escolaridade obrigatória, gerando reflexos a partir dos anos 1990, como se vê nos censos de 1991 em diante. Outrossim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, que reconhece o acesso à educação como um direito a todas as crianças e, por conseguinte, dever do Estado, e institui órgãos de acompanhamento para a garantia dos direitos, como os conselhos tutelares, contribuiu significativamente para a alteração do cenário de tendência à redução do número de pessoas analfabetas no país.

No estudo sobre o perfil dos jovens residentes em áreas de vulnerabilidade social, observam-se integrantes da faixa etária que compõem a juventude que não sabem ler ou escrever um bilhete em português.

Para o grupo etário que compõe a juventude de 15 a 29 anos, conforme estatuto vigente no Brasil, as cidades de Belo Horizonte e São João del-Rei apresentam as menores taxas de analfabetismo. Já Teófilo Otoni apresenta taxa de 2,7%, a pior entre os municípios abordados. No que se refere às áreas selecionadas, os aglomerados que formam o grupo Santa Lúcia, Santa Rita de Cássia, Papagaio e Estrela apresentaram taxa zero para o grupo geral, seguidos da área de Bela Vista, em Curvelo, cuja taxa de analfabetismo foi de 0,4% para o grupo entre 15 e 29 anos. No outro extremo, entre as áreas selecionadas, as áreas com as piores taxas são Nova Contagem (4,6%), pertencente ao município de Contagem, Palha (3,8%), da cidade de Diamantina, e Boa Esperança (2,7%), que pertence a Curvelo.

Pela divisão em faixas etárias que formam o segmento populacional juventude, torna-se importante destacar a importância dos dados sobre o fenômeno do analfabetismo para o grupo com idade entre 15 e 18 anos. Trata-se de uma fase em que se espera ver o adolescente inserido no processo de escolarização. Para as áreas e os municípios selecionados neste estudo, foram encontradas taxas que representam a existência de jovens que não sabem ler nem escrever um bilhete. Com maior taxa está Boa Esperança, na cidade de Curvelo: 2,9% de analfabetismo. Na mesma cidade, a outra área selecionada, Bela Vista, apresenta a segunda menor taxa de analfabetismo: 0,4%. Tais dados sugerem a existência de condições concretas, sejam objetivas e subjetivas, que implicam situações diferentes às que os jovens de mesma faixa etária residentes no mesmo município estão sujeitos.

Entre as cidades e áreas selecionadas, existem aquelas onde a taxa de analfabetismo entre jovens de 15 a 17 anos é praticamente zero. É o caso de Jardim Felicidade, área selecionada de Belo Horizonte, fenômeno que se repete para os jovens compreendidos nas demais faixas etárias dessa localidade. Para as áreas Morro das Pedras, de Belo Horizonte, e Santos Reis, de Montes Claros, não constam informações sobre esse dado no Censo 2010.

Teófilo Otoni apresenta-se como o município de maior taxa de analfabetismo entre os jovens de 15 a 17 anos (2,5%). Sua área selecionada reflete a realidade da cidade com taxa de 2,8%, segunda maior entre as áreas selecionadas.

Entre o segmento de jovens com idade compreendida entre 19 e 24 anos, a taxa mais alta de analfabetismo entre as áreas selecionadas e cidades respectivas é apontada em Nova Contagem, pertencente à cidade de Contagem: 4,5%. Enquanto isso, a cidade de Contagem apresenta taxa de 1%, consideravelmente distante daquela da área selecionada. Essa realidade revela um cenário endógeno contraditório dentro do mesmo município. Tal situação é similar à observada na cidade de Curvelo para a faixa etária de 15 a 18 anos. Trata-

se de um fenômeno que expõe a situação dos jovens que residem em determinadas áreas da cidade onde há uma sobre representação de pessoas pobres, com dificuldade de permanência na escola e inserção no mercado de trabalho e que extrapola o âmbito do domínio na leitura, o que desemboca na exclusão social, na discriminação e no preconceito em relação aos jovens em tal condição.

Entre as cinco áreas selecionadas da cidade de Belo Horizonte, quatro apresentam-se com a taxa de analfabetismo mais acentuada que a da cidade para o segmento de 19 a 24 anos, que é de 0,7%. As áreas correspondentes ao Jardim Felicidade e Aglomerado da Serra apresentam a pior realidade: taxas de analfabetismo de 1,7% e 1,6%, respectivamente, para os jovens com idade entre 19 e 24 anos.

Certamente, a realidade assume maior concretude para os jovens compreendidos na faixa etária entre 25 e 29 anos. Em sua maioria, já se somam a eles outras dimensões da vida social, ou seja, trabalho, família etc. Ou seja, retornarem ao sistema de ensino torna-se um desafio maior. Para essa faixa etária, a cidade Divinópolis e a respectiva área selecionada são as que apresentam taxas mais próximas. Há pouca diferença entre os jovens da cidade e da área citada. São João de Deus e São Luiz apresentaram taxa de analfabetismo de 1,2% para jovens de 25 a 29 anos, enquanto a cidade apresenta 1,1%. A cidade de Teófilo Otoni também apresenta taxa de analfabetismo próxima à da sua área de Esperança e Solidariedade: 3,8% e 3,7% respectivamente. Esse quadro revela que a proposição de ações de enfrentamento a realidade dos jovens nessa faixa etária requer pensar a cidade como um todo.

O quadro mais grave aparece na área selecionada de Nova Contagem, do município de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, com taxa de analfabetismo de 7,7% entre os jovens de 25 a 29 anos. Palha, na cidade histórica e universitária de Diamantina, posiciona-se como a segunda região com taxa alta em relação às demais estudadas (6,9%).

Bela Vista, pertencente à cidade de Curvelo, é a área selecionada entre as cidades do interior do Estado com a menor taxa de analfabetismo (0,9%). Juiz de Fora também apresenta essa mesma taxa para os jovens com idade entre 25 e 29 anos.

Em suma, para todas as faixas etárias do segmento juventude, a cidade de Teófilo Otoni é a que apresenta a taxa de analfabetismo mais acentuada. E a área selecionada para o estudo, composta por Santa Lúcia, Santa Rita de Cássia, Papagaio e Estrela, na cidade de Belo Horizonte, é a que apresenta a menor taxa ou taxa zero de analfabetismo neste segmento populacional.

Tabela 2.2: Taxa de analfabetismo segundo faixa etária - Regiões intraurbanas e municípios selecionados – 2010

Municípios e regiões intraurbanas	Faixa etária (anos)			
	15 a 18	19 a 24	25 a 29	15 a 29
Belo Horizonte	0,7	0,4	0,7	0,6
Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas	1,4	0,8	0,9	1,0
Morro das Pedras		0,5	1,3	0,7
Jardim Felicidade	1,6	1,7	1,7	1,7
Santa Lucia, Santa Rita de Cassia, Papagaio e Estrela	0	0	0	0
Aglomerado da Serra	1,7	1,6	3,7	2,3
Betim	0,5	0,6	1,0	0,7
Jardim Teresópolis	1,3	1,9	2,3	1,9
Citrolândia e Santa Isabel	1,1	0,6	1,1	0,9
Contagem	0,6	1,0	1,2	0,9
Nova Contagem	1,0	4,5	7,7	4,6
Ribeirão das Neves	0,9	1,2	1,7	1,3
Florença	1,3	2,7	3,4	2,5
Passos	1,0	1,3	1,7	1,4
Patrimônio_Novo Horizonte	2,5		3,8	1,9
Curvelo	1,7	1,3	2,4	1,7
Bela Vista	0,4		0,9	0,4
Boa Esperança	2,9	2,0	3,1	2,6
Diamantina	1,5	1,5	3,2	2,0
Palha	1,6	3,6	6,9	3,8
Divinópolis	0,4	0,6	1,1	0,7
São João de Deus e São Luiz	0,8	0,9	1,2	1,0
Governador Valadares	1,3	1,4	1,9	1,5
Carapina	0,7	0,3	1,8	0,9
Juiz de Fora	0,7	0,6	0,9	0,7
Vila Olavo Costa	1,0	0,4	1,2	0,8
Montes Claros	1,0	0,9	1,4	1,1
Santos Reis		1,4	1,0	0,9
Paracatu	1,31	0,91	1,50	1,21
Paracatuzinho	1,8	1,5	1,9	1,7
São João del-Rei	0,7	0,3	1,1	0,6
Tejuco	1,7	0,4		0,6
Teófilo Otoni	2,5	2,0	3,8	2,7
Esperança e Solidariedade	2,8	1,2	3,7	2,4
Uberlândia	1,8	0,4	1,1	0,8
Jardim Canaã	0,8		2,0	0,9

Fonte: dados básicos: IBGE. Censo Demográfico 2010 (microdados da amostra) e PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP).

Nota: Para este boletim foram recalculadas as taxas de analfabetismo nas faixas etárias de 15 a 18 e 19 a 24 anos, diferindo, portanto, os dados obtidos em relação aos relatórios elaborados para DIAGNÓSTICO DAS REGIÕES INTRAURBANAS PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM FOCO NA POPULAÇÃO JOVEM, DE 15 A 29 ANOS, EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, pelo contrato Sedese.

2.2 Taxa de atendimento

A taxa de atendimento permite captar a permanência dos jovens no sistema de ensino a partir da oferta de sistemas ou modalidades de ensino. Ou seja, ela contribui para a identificação de possíveis carências de acesso conforme a faixa etária. Trata-se, portanto, de um indicador de inclusão na política de escolarização. Os valores complementares à taxa apontada revelam o percentual de crianças e jovens fora da escola.

A taxa de atendimento é extraída de dados do censo demográfico e revela o percentual de estudantes que se encontram matriculados. Em geral, para o cálculo, considera-se a faixa etária adequada para cursar determinado nível de ensino, ou seja, zero a três anos para creche, quatro a cinco anos para a pré-escola, seis a 14 anos para o ensino fundamental, 15 a 17 anos para o ensino médio e 18 a 24 anos para o ensino superior. Como esse relatório focaliza a população jovem, consideram-se as duas últimas faixas etárias e também a que vai de 25 a 29 anos.

A taxa de atendimento da população jovem com idade entre 15 e 17 anos encontra-se no intervalo entre 73,5 e 88,8%. E nesses dois extremos encontram-se duas áreas selecionadas da capital Belo Horizonte: a que reúne Santa Lúcia, Santa Rita de Cássia, Papagaio e Estrela e a referente ao Aglomerado da Serra. Ou seja, expõe-se a existência de condicionantes que acirram a condição de vulnerabilidade em que se encontram os jovens no que se refere à dimensão educacional, residentes no mesmo município.

Entre as cidades cujas áreas foram selecionadas no estudo sobre o segmento da população jovem em situação de vulnerabilidade de Minas Gerais, São João del-Rei apresenta a melhor taxa de atendimento para o grupo etário de 15 a 17 anos, com 88,6%; seguida de Juiz de Fora, com 88,3%; Contagem, com 88%; e Montes Claros, com 87,6%. Já a cidade de Passos apresentou a menor taxa de atendimento, 80,6%.

Já entre as áreas selecionadas das cidades do interior de Minas Gerais, a Vila Olavo Costa, na cidade de Juiz de Fora, e a área de Paracatuzinho, em Paracatu, foram as que apresentaram melhores percentuais de atendimento para o grupo etário de 15 a 17 anos: 85,4% e 85,2% respectivamente.

A área de São João de Deus e São Luiz, da cidade de Divinópolis, e Esperança e Solidariedade, pertencentes a Teófilo Otoni, figuram entre aquelas áreas selecionadas das cidades do interior de Minas Gerais que apresentam as menores taxas de atendimento entre 15 e 17 anos: 75% e 80,2%, respectivamente.

Observando-se o segundo grupo etário que compreende os jovens de 18 a 24 anos, observa-se uma queda na taxa de atendimento que fica entre os intervalos de 16,2% e 40% de atendimento. Juiz de Fora é a que apresenta a maior taxa, e Ribeirão das Neves tem a menor taxa de atendimento nessa faixa etária. E, à exceção dessa última cidade, todas as áreas selecionadas para o estudo apresentam índices mais baixos que

os das cidades às quais pertencem. Enquanto Ribeirão das Neves apresenta uma taxa de atendimento de 20,3% para jovens de 18 a 24 anos, a área selecionada do município, Florença, tem taxa um pouco mais alta, 21,3%.

Outras três áreas selecionadas localizadas em Belo Horizonte e na região metropolitana apresentam as taxas mais baixas de atendimento entre as estudadas: Nova Contagem (16,2%), Jardim Felicidade (16,4%) e Jardim Teresópolis (18,4%) para os jovens entre 18 e 24 anos.

No terceiro grupo etário, de jovens entre 25 e 29 anos, conforme o Estatuto da Juventude, as cidades cuja população jovem foi estudada apresentam taxa de atendimento a esse grupo etário melhor que as das áreas selecionadas, à exceção de Bela Vista, região pertencente à cidade de Curvelo. Enquanto o município apresentou uma taxa de atendimento de 12,4%, a área citada encontra-se com a taxa mais elevada, 17,7%. Ou seja, enquanto, na cidade de Curvelo, de modo geral, 12% jovens com idade entre 25 e 29 anos estão estudando, na área selecionada, cerca de 18% jovens encontram-se assim.

A taxa de atendimento para o grupo etário entre 25 e 29 anos entre os municípios e as áreas selecionadas para este estudo apresenta-se entre 20,3 e 5,1%, o que revela ausência expressiva de atendimento em determinadas regiões em detrimento a outras. A maior distância entre o município e sua respectiva área é observada pelos dados da cidade de Contagem. Enquanto esse município apresenta a taxa de atendimento de 18,5% para jovens entre 25 e 29 anos, a área selecionada de Nova Contagem mostrou uma taxa de atendimento de 5,1%. Esse dado revela a existência de ações diferenciadas no atendimento a esse público nas regiões do município. Com intervalo entre taxas menores encontram-se a cidade de Divinópolis e São João de Deus e São Luiz, com taxa de atendimento de 10,7 e 9,9%, respectivamente, para o grupo de jovens com idade entre 25 e 29 anos.

Por certo, nessa faixa etária, conforme a legislação em vigor, espera-se que os jovens, em condições dignas de acesso e permanência no sistema educacional, tenham concluído o ensino superior e se encontrem inseridos no mercado de trabalho. No entanto, dado o nível de defasagem acumulado ao longo dos anos, torna-se necessária a oferta de modalidades de ensino adaptadas à faixa etária como condição para o acesso ao direito à educação.

Tabela 2.2: Taxa de atendimento por faixa etária dos municípios e regiões intraurbanas selecionadas da população jovem em situação de vulnerabilidade social de MG – 2010.

Municípios e regiões intraurbanas	Faixa etária (anos)		
	15 a 17	18 a 24	25 a 29
Belo Horizonte	87,8	39,0	20,3
Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas	86,9	22,5	7,6
Morro das Pedras	81,5	24,8	11,2
Jardim Felicidade	82,3	16,4	12,0
Santa Lucia, Santa Rita de Cassia, Papagaio e Estrela	88,8	21,2	14,8
Aglomerado da Serra	73,5	21,2	12,3
Betim	86,8	23,2	12,3
Jardim Teresópolis	79,1	18,4	9,4
Citrolândia e Santa Isabel	83,2	20,8	10,8
Contagem	88,0	31,1	18,5
Nova Contagem	86,2	16,2	5,1
Ribeirão das Neves	84,7	20,3	10,0
Florença	81,7	21,3	5,9
Passos	80,6	26,7	9,7
Patrimônio_Novo Horizonte	80,8	24,1	7,7
Curvelo	84,9	24,0	12,4
Bela Vista	84,4	28,0	17,7
Boa Esperança	84,3	22,7	7,2
Diamantina	83,7	34,2	20,2
Palha	82,8	24,6	11,7
Divinópolis	84,2	28,7	10,7
São João de Deus e São Luiz	75	24,8	9,9
Governador Valadares	83,5	26,6	13,2
Carapina	81,5	23,8	10,0
Juiz de Fora	88,3	40,0	16,1
Vila Olavo Costa	85,4	31,1	7,6
Montes Claros	87,6	32,8	15,4
Santos Reis	82,1	19,3	7,8
Paracatu	86,2	30,3	13,3
Paracatuzinho	85,2	23,8	10,4
São João del-Rei	88,6	32,9	16,2
Tejuco	81,3	22,4	12,7
Teófilo Otoni	85,4	32,8	11,5
Esperança e Solidariedade	80,2	27,4	9,8
Uberlândia	85	38,6	16,2
Jardim Canaã	82,9	30,1	9,9

Fonte: dados básicos: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013 e dados básicos: IBGE. Censo Demográfico 2010 (microdados da amostra). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

(1) No Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal esta região é dividida em três Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH): Alto Vera Cruz, Granja de Freitas: Caetano Furquim/Casa Branca e Cidade Jardim Taquaril: Saudade/Taquaril. (2) No Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal esta região é dividida em cinco UDHs: Conjunto Santa Maria: Monte São José, Vila Antena: São Jorge/Leonina, Alpes/Nova Granada/Santa Sofia e São Jorge 1ª Seção (Parte) e São Jorge 1ª Seção/São Jorge 2ª Seção/São Jorge 3ª Seção. (3) Para as regiões do Aglomerado Alto Vera Cruz e Morro das Pedras, o valor dos indicadores corresponde a mediana das UDHs que compõem estas regiões.

Em suma, os dados indicam a necessidade de aprofundamento sobre essa realidade, pois há um déficit de jovens que não se encontram inseridos no sistema de ensino, o que resulta em outros processos de exclusão social. Considerando-se a formação em nível médio um ponto de aporte para a vida profissional, os dados revelam uma quantidade relativa de jovens fora do sistema de ensino. Os dados com maior destaque negativo são identificados na cidade de Belo Horizonte, na área selecionada do Aglomerado da Serra, e indicam que pelo menos 26% dos jovens da faixa etária entre 15 e 17 anos não se encontram estudando. Ou seja, dizem de um grupo com formação insuficiente para a maioria das atividades laborais, principalmente as de caráter formal, o que desembocará em ausência de condições de exercício de cidadania em suas realizações pessoais e profissionais.

2.3 Taxa de escolarização líquida

A taxa de escolarização líquida é a razão entre o número de matrículas de quem tem idade adequada para cursar determinado nível de ensino e a população total da mesma faixa etária. Ela indica a porcentagem da população na faixa etária matriculada no nível de ensino adequado. Devido ao corte etário usado neste documento – segmento juventudes – foi calculada a taxa de escolarização líquida do ensino médio (razão entre a população de 15 a 17 anos matriculada no ensino médio e a população total nessa faixa etária) e a taxa de escolarização líquida do ensino superior (razão entre a população de 18 a 24 anos matriculada no ensino superior e a população total nessa faixa etária).

De acordo com os dados do censo demográfico de 2010, em Minas Gerais, do total da população alvo do ensino médio, apenas 46,6% frequentavam esse nível de ensino⁴. Parte desses jovens ainda cursava o ensino fundamental (23,8%), parte estava fora da escola (16,4%) e uma pequena parte estava em outros níveis de ensino (educação de jovens e adultos, curso superior ou alfabetização de adultos). Percebe-se, portanto, grande parcela da população alvo do ensino médio que ainda está no ensino fundamental e outra parcela significativa que não está na escola.

Nos municípios selecionados para esta análise, a situação não é diferente. Parcela significativa de jovens de 15 a 17 anos não frequentava o nível de ensino adequado, o nível médio, conforme pode ser visto na tabela 2.3.

Assim, em Paracatu, maior taxa de escolarização líquida do ensino médio (TEL_{EM}) entre os municípios selecionados, 64% do total de pessoas de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio. No outro extremo aparece Ribeirão das Neves, onde apenas 36,7% dos jovens de 15 a 17 anos o frequentavam.

Observa-se que nas regiões intraurbanas selecionadas, de modo geral, a situação é mais preocupante. A TEL_{EM} é menor nessas regiões do que a média do seu município. Tal fato já é esperado, pois elas foram selecionadas para participar do Programa Juventudes por apresentarem maior grau de vulnerabilidade.

Destaca-se negativamente a região de Citrolândia e Santa Isabel, localizada em Betim. Lá apenas 24% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio em 2010, valor bem menor que a média do município de

⁴ Dados retirados do Atlas do Desenvolvimento Humano. <http://atlasbrasil.org.br/2013/>.

Betim (50,3%). O Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, também apresenta valor bem baixo da TEL_{EM} (27,1%), contra 50,5% observados em Belo Horizonte.

Cabe destacar também que em três regiões intraurbanas os valores da TEL_{EM} são ligeiramente superiores à média do município. Em Bela Vista, pertencente ao município de Curvelo, porém, essa diferença é bem maior. Enquanto em Bela Vista 64,1% dos jovens de 15 a 17 anos estavam matriculados no ensino médio regular, em Curvelo esse valor é de 53,8%.

No ensino superior, a situação é ainda pior que no médio. Em Minas Gerais, em 2010, a taxa de escolarização líquida do ensino superior (TEL_{ES}) foi de 15%. Isso significa que, de cada 100 pessoas de 18 a 24 anos, apenas 15 frequentam o ensino superior, nível de ensino adequado a essa faixa etária.

Entre os municípios selecionados, Belo Horizonte é o com maior proporção de jovens de 18 a 24 anos frequentando a educação superior (25,9%). Já Ribeirão das Neves apresenta a menor proporção, 5,7%.

Com relação às regiões intraurbanas, observa-se que as TEL_{ES} são inferiores aos municípios a que pertencem, com exceção de Bela Vista, que novamente apresenta valor maior que a média do município de Curvelo. Enquanto nessa região intraurbana 15,4% dos jovens de 18 a 24 anos frequentavam a educação superior, em Curvelo, essa proporção foi de 9,2%. A região de Nova Contagem, pertencente a Contagem, apresentou o menor valor dessa taxa. Lá, apenas 2% dos jovens de 18 a 24 anos frequentavam a educação superior.

É interessante notar os dados das regiões intraurbanas localizadas em Belo Horizonte. Enquanto Belo Horizonte apresenta a maior proporção de jovens frequentando a educação superior, as cinco regiões vulneráveis selecionadas nesse município apresentam valores muito baixos, bem menores que a média municipal (as maiores diferenças encontradas em relação à região e ao município). Tal fato demonstra a exclusão social dos jovens de regiões mais vulneráveis nos centros urbanos maiores.

Nas oficinas realizadas com os atores que atuam ou moram nas regiões foi dito que a baixa frequência dos jovens ao ensino superior pode ser consequência da dificuldade de conciliar trabalho e estudo, da dificuldade de ingressar numa universidade pública ou ainda da falta de perspectivas desse jovem em relação a almejar a educação superior. Ou seja, eles não veem a educação como transformadoras de suas vidas. A dificuldade de acessar o ensino superior e o alto investimento necessário, em contraposição à necessidade de sobrevivência imediata, fazem com que o sistema de ensino seja inacessível para grande parte da população dessas áreas. Na percepção dos participantes, parte dos jovens e famílias creem que o trabalho é mais importante do que o estudo e que apenas o nível médio já é suficiente. Assim, segundo os participantes, a lógica nesses territórios é alcançar o ensino médio e depois partir para o mercado de trabalho.

Tabela 2.3: Taxa de escolarização líquida segundo nível de ensino - Regiões intraurbanas e municípios selecionados – 2010

Municípios e regiões intraurbanas	Nível de ensino	
	Médio	Superior
Belo Horizonte	50,5	25,9
Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas (1)	41,6	3,4
Morro das Pedras (2)	36,0	5,9
Jardim Felicidade	44,2	3,0
Santa Lucia, Santa Rita de Cassia, Papagaio e Estrela	41,1	6,4
Aglomerado da Serra	27,1	5,2
Betim	50,3	11,2
Jardim Teresópolis	40,6	3,2
Citrolândia e Santa Isabel	24,0	3,3
Contagem	48,7	16,0
Nova Contagem	38,1	2,0
Ribeirão das Neves	36,7	5,7
Florença	35,2	3,7
Passos	52,0	15,6
Patrimônio_Novo Horizonte	55,4	11,1
Curvelo	53,8	9,2
Bela Vista	64,1	15,4
Boa Esperança	50,7	6,8
Diamantina	51,8	15,9
Palha	46,0	5,5
Divinópolis	56,0	17,3
São João de Deus e São Luiz	45,9	10,6
Governador Valadares	48,0	12,5
Carapina	44,9	9,1
Juiz de Fora	56,1	25,3
Vila Olavo Costa	52,4	13,8
Montes Claros	60,8	22,1
Santos Reis	49,5	5,5
Paracatu	64,0	17,2
Paracatuzinho	59,2	12,6
São João del-Rei	52,0	18,4
Tejuco	41,2	6,2
Teófilo Otoni	48,1	15,3
Esperança e Solidariedade	41,9	7,9
Uberlândia	54,6	25,2
Jardim Canaã	56,4	12,8

Fonte: dados básicos: IBGE. Censo Demográfico 2010 (microdados da amostra) e PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP).

(1) No Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal esta região é dividida em três Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH): Alto Vera Cruz, Granja de Freitas: Caetano Furquim/Casa Branca e Cidade Jardim Taquaril: Saudade/Taquaril. (2) No Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal esta região é dividida em cinco UDHs: Conjunto Santa Maria: Monte São José, Vila Antena: São Jorge/Leonina, Alpes/Nova Granada/Santa Sofia e São Jorge 1ª Seção (Parte) e São Jorge 1ª Seção/São Jorge 2ª Seção/São Jorge 3ª Seção. (3) Para as regiões do Aglomerado Alto Vera Cruz e Morro das Pedras, o valor dos indicadores corresponde a mediana das UDHs que compõem estas regiões.

2.4 Defasagem faixa etária/Nível de ensino

A taxa de escolarização líquida mostrou a baixa proporção de pessoas cursando o nível de ensino adequado à sua faixa etária. Um dos motivos para isso é o atraso escolar, principalmente para a faixa etária entre 15 e 17 anos, conforme pode ser demonstrado pela taxa defasagem faixa etária/nível de ensino. Essa taxa é dada pela razão entre a população correspondente à faixa etária prevista na regulamentação educacional que frequenta o segmento anterior e o total de pessoas nessa faixa etária multiplicada por 100.

Em todos os municípios analisados, a proporção da população de 15 a 17 anos que ainda cursa o ensino fundamental é significativa (tabela 2.4). São João del-Rei foi o que apresentou a maior taxa de defasagem: 30,3% das pessoas nessa faixa etária ainda no fundamental. Por outro lado, Paracatu apresentou a menor taxa, 14,4%. Ainda é, porém, um nível significativamente alto. Em Minas Gerais, a proporção de jovens de 15 a 17 anos que ainda cursam o ensino fundamental foi de 23,4% em 2010.

Percebe-se, portanto, que, para a faixa etária adequada ao ensino médio, jovens entre 15 a 17 anos, o maior problema é a retenção no ensino fundamental. Em geral, mais de 80% cursam algum estabelecimento de ensino em todos os municípios analisados. Porém, grande parte deles ainda não alcançou o nível médio, estão retidos no fundamental.

No caso dos jovens em idade adequada de cursar a educação superior, de 18 a 24 anos, percebe-se uma proporção menor de defasagem. Para essa faixa etária, o maior problema é a evasão escolar. Conforme já demonstrado pelos indicadores anteriores, principalmente pela taxa de atendimento desse grupo etário.

A despeito disso, verifica-se uma proporção de defasados nessa faixa etária. Assim, em Minas Gerais, do total da população de 18 a 24 anos, 2,2% ainda cursam o ensino fundamental, e 5,9%, o médio. O município de Divinópolis é o que apresenta a menor proporção de pessoas nessa faixa etária cursando o ensino fundamental, 1,2%. Passos apresenta a menor proporção de quem tem de 18 a 24 anos cursando o ensino médio (4,2%). Por outro lado, Teófilo Otoni apresenta a maior proporção de jovens nessa faixa etária ainda no fundamental (3,5%), e Diamantina, a maior proporção ainda cursando o médio (10%).

Analisando as regiões intraurbanas selecionadas, percebe-se que, na maioria delas, a taxa de defasagem faixa etária/nível de ensino é maior que o valor encontrado para o município a que pertencem em qualquer faixa etária analisada. Pode-se dizer, portanto, que, na maioria dessas regiões, é maior a proporção de pessoas em determinada faixa etária cursando etapas de ensino anterior à etapa adequada à sua faixa etária.

Cabe destacar alguns pontos. A região de Patrimônio, localizada em Passos, é a que apresenta a menor proporção de pessoas de 15 a 17 anos cursando o ensino fundamental, 12,4%, menor que a média do

município de Passos, 17%. Já na região de Tejuco, 39,5% dos jovens de 15 a 17 anos ainda cursam o ensino fundamental, valor tão alto quanto o do município a que ela pertence, São João del-Rei (30,3%).

Para a faixa etária de 18 a 24 anos, destaca-se negativamente as regiões dos municípios que também apresentam as maiores defasagens. Assim, a região de Esperança/Solidariedade, pertencente ao município de Teófilo Otoni, apresenta a maior proporção de pessoas nessa faixa etária cursando o nível fundamental (5,9%). Já Palha, do município de Diamantina, apresenta a maior proporção de pessoas de 18 a 24 anos cursando o médio (15%).

Em suma, o que os dados mostram é uma proporção considerável de jovens, principalmente na faixa etária de 15 a 17 anos, retidos em etapas anteriores. Nas regiões intraurbanas selecionadas, grosso modo, a situação é pior que a do município a que elas pertencem. Tal fato aprofunda as vulnerabilidades dos jovens dessas regiões. Nas oficinas realizadas, os participantes indicaram a percepção de que a trajetória dos jovens é muito pautada pela entrada no mercado de trabalho. A teoria de que o ciclo de vida dos jovens de estratos sociais mais baixos está mais relacionado à faixa etária (e as expectativas criadas em torno de cada fase) do que à trajetória no sistema de ensino parece fazer sentido para os presentes na oficina. Nesse sentido, foi ressaltado que, aos 18 anos, por exemplo, espera-se que o jovem esteja inserido no mercado de trabalho independentemente de seu grau de escolaridade, de seu alcance no sistema de ensino. Tal fato é comprovado pela baixa proporção de pessoas de 18 a 24 anos cursando algum estabelecimento de ensino e, principalmente, cursando o ensino superior.

Tabela 2.4: Taxa defasagem faixa etária/nível de ensino - Regiões intraurbanas e municípios selecionados – 2010

Municípios e regiões intraurbanas	População de 15 a 17 anos no EF	População de 18 a 24 anos no EF	População de 18 a 24 anos no EM
Belo Horizonte	22,6	1,8	5,5
Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas (1)	26,6	3,3	8,3
Morro das Pedras (2)	28,6	3,7	4,5
Jardim Felicidade	28,4	1,9	5,9
Santa Lucia, Santa Rita de Cassia, Papagaio e Estrela	36,0	4,2	4,2
Aglomerado da Serra	31,0	3,3	7,8
Betim	19,3	1,7	5,0
Jardim Teresópolis	27,7	2,0	7,3
Citrolândia e Santa Isabel	30,6	4,3	3,9
Contagem	21,0	1,9	5,7
Nova Contagem	24,9	1,6	7,3
Ribeirão das Neves	29,5	3,1	5,4
Florença	26,0	2,5	6,7
Passos	17,0	1,6	4,2
Patrimônio_Novo Horizonte	12,4	1,1	7,0
Curvelo	25,2	2,1	7,5
Bela Vista	19,4	1,9	10,6
Boa Esperança	32,2	3,7	11,8
Diamantina	24,7	2,8	10,0
Palha	33,5	4,1	15,0
Divinópolis	18,7	1,2	4,4
São João de Deus e São Luiz	23,0	3,4	10,8
Governador Valadares	23,9	2,2	5,5
Carapina	31,8	2,6	11,7
Juiz de Fora	25,4	2,2	6,7
Vila Olavo Costa	33,0	3,3	13,7
Montes Claros	18,9	1,4	5,6
Santos Reis	29,4	5,2	7,5
Paracatu	14,4	2,2	5,8
Paracatuzinho	19,4	3,5	7,7
São João del-Rei	30,3	1,7	7,3
Tejuco	39,5	4,0	11,4
Teófilo Otoni	29,5	3,5	6,6
Esperança e Solidariedade	36,6	5,9	13,2
Uberlândia	20,8	1,8	5,5
Jardim Canaã	26,5	2,3	15,0

Fonte: dados básicos: IBGE. Censo Demográfico 2010 (microdados da amostra) e PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP).

(1) No Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal esta região é dividida em três Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH): Alto Vera Cruz, Granja de Freitas: Caetano Furquim/Casa Branca e Cidade Jardim Taquaril: Saudade/Taquaril. (2) No Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal esta região é dividida em cinco UDHs: Conjunto Santa Maria: Monte São José, Vila Antena: São Jorge/Leonina, Alpes/Nova Granada/Santa Sofia e São Jorge 1ª Seção (Parte) e São Jorge 1ª Seção/São Jorge 2ª Seção/São Jorge 3ª Seção. (3) Para as regiões do Aglomerado Alto Vera Cruz e Morro das Pedras, o valor dos indicadores corresponde a mediana das UDHs que compõem estas regiões.

3 TRABALHO

A inserção no mercado de trabalho é uma das condições principais de sobrevivência e também de formação de identidade, de construção de relações sociais significativas assim como de desenvolvimento de habilidades. Nesse sentido, analisar os jovens no mercado de trabalho é fundamental para compreendermos as vulnerabilidades que eles vivenciam especialmente aqueles que moram em áreas periféricas dos municípios mineiros, marcados por sobreposições de condições desfavoráveis no que se refere a condições familiares, de moradia e de inserção socioeconômica. Os dados de mercado de trabalho apresentados a seguir resultam do Censo Demográfico de 2010, única fonte disponível para análise de pequenas regiões territoriais no Brasil. Isso significa que os dados de mercado de trabalho sinalizam sua estrutura e seus contornos, uma vez que estamos distantes no tempo. Além disso, ressalta-se que a crise política e econômica que assolou o país nos últimos anos tem implicações profundas no mercado de trabalho e afetou especialmente os contingentes populacionais em situação de vulnerabilidade. Assim, é importante olharmos para os dados considerando essas ressalvas.

A entrada dos jovens no mercado de trabalho é profundamente marcada pelas desigualdades sociais. As pessoas dos estratos sociais mais altos tendem a permanecer mais tempo no sistema de ensino e a adiar a entrada do mercado de trabalho. Tendem também a conseguir ocupações que oferecem condições de trabalho melhores. Já os oriundos dos estratos sociais da base da pirâmide tendem a entrar mais cedo no mercado de trabalho, muitas vezes simultaneamente com a escola. São mais afetados pelo desemprego e têm acesso a ocupações que oferecem condições de trabalho mais precárias. Juntamente com o acesso a um mercado mais restrito, a baixa escolaridade tende a gerar condições mais desfavoráveis para os jovens de famílias de baixa renda.

3.1 Taxa de ocupação

Como sistema de ensino e mercado de trabalho são concorrentes em determinada fase da vida, quanto menor a taxa de ocupação para os mais jovens, maior a probabilidade de avanço na escola, tanto em termos de trajetória quanto de rendimento. Assim, para os jovens de 15 a 18 residentes no município de Belo Horizonte, 24,7% têm alguma ocupação. Os municípios com as maiores taxas de ocupação de jovens de 15 a 18 anos são Divinópolis (36,8%) e Passos (35,3%). Já as regiões intraurbanas com as maiores taxas de ocupação de jovens dessa faixa etária são São João de Deus e São Luiz, em Divinópolis (40,8%);

Patrimônio/Novo Horizonte, em Passos (38,6%); Jardim Canaã, em Uberlândia (38,2%); e Paracatuzinho, em Paracatu (35,7%).

Já os municípios com as menores taxas de ocupação para os jovens de 15 a 18 anos são São João del-Rei (17,3%), Juiz de Fora (20,6%) e Montes Claros (22,1%). E as regiões intraurbanas Santa Lúcia, Santa Rita de Cássia, Papagaio e Estrela, em Belo Horizonte (15,5%); Vila Olavo Costa, em Juiz de Fora (16,3%); Florença, em Ribeirão das Neves (17,3%); e Carapina, em Governador Valadares (19,2%).

Na faixa etária de 19 a 24 anos, grande parte dos jovens já se encontram inseridos no mercado de trabalho e têm uma ocupação. Os municípios com as maiores taxas de ocupação são Divinópolis (74,4%) e Contagem (70,4%). Os com as menores são Diamantina (55,8%) e Teófilo Otoni (55,8%).

Já por regiões intraurbanas, a maior taxa de ocupação está em São João de Deus e São Luiz (77,6%), em Divinópolis; e no Aglomerado da Serra (73,3%), Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas (70,7%), ambas no município de Belo Horizonte.

Para os jovens adultos, de 25 a 29 anos, a taxa de ocupação é ainda maior, especialmente no município de Divinópolis (82,8%), Belo Horizonte (80,2%) e Uberlândia (80%). Em Belo Horizonte, ela é menor no Jardim Felicidade (77,6%) e maior no Aglomerado da Serra (82,6%) e no Alto Vera Cruz (82,6%). Tejuco, no município de São João del-Rei, teve a menor taxa de ocupação, 61,8%, seguida por Paracatuzinho, (69,8%).

Tabela 3.1: Taxa de ocupação segundo faixa etária - Regiões intraurbanas e municípios selecionados – 2010

Municípios e regiões intraurbanas	Faixa etária (anos)				
	15 a 18	19 a 24	25 a 29	30 ou mais	Total
Belo Horizonte	24,7	66,5	80,2	65,0	64,0
Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas	27,5	70,7	82,6	65,7	64
Morro das Pedras	28,1	67,2	81,7	71,8	68,5
Jardim Felicidade	23,4	65	77,6	62,3	60,8
Santa Lucia, Santa Rita de Cassia, Papagaio e Estrela	15,5	52,6	79,8	66,3	62,5
Aglomerado da Serra	36,4	73,3	82,6	67,3	66,6
Betim	30,6	69,8	76,5	64,8	63,7
Jardim Teresópolis	31,3	67	77,7	61,1	61,4
Citrolândia e Santa Isabel	27,2	63,4	69,6	57,1	56,3
Contagem	29,5	70,4	77,3	64,8	64,2
Nova Contagem	27,9	58,5	63,7	57,5	55,2
Ribeirão das Neves	25,2	67,7	73,1	64,4	62,1
Florença	17,3	68,3	75,1	63,1	59,8
Passos	35,3	65,7	78	58,3	59,4
Patrimônio_Novo Horizonte	38,6	67,5	77,2	58,2	60,2
Curvelo	27,7	59,7	75,5	57,3	56,8
Bela Vista	28,7	65	74,3	59,4	58,9
Boa Esperança	28,6	59,7	77,2	57	56,6
Diamantina	27,2	55,8	75,4	62	58,6
Palha	28,1	51,5	72,8	59,2	55,4
Divinópolis	36,8	74,4	82,8	65,9	6,1
São João de Deus e São Luiz	40,8	77,6	78,8	63,1	65
Governador Valadares	23,6	60,9	71,7	57,2	56,2
Carapina	19,2	62,1	75,2	57,6	56,7
Juiz de Fora	20,6	57,6	75,6	60,9	58,9
Vila Olavo Costa	16,3	64,2	81,8	61,8	60,1
Montes Claros	22,1	58,3	73,2	63,3	59,8
Santos Reis	27,9	58,9	75,7	61,9	59,9
Paracatu	31,8	62,6	69,5	65,7	61,9
Paracatuzinho	35,7	64,9	64,8	65,3	61,9
São João del-Rei	17,3	59,3	70	55,3	54,2
Tejuco	15,4	51,2	61,8	51,2	49,1
Teófilo Otoni	21,5	55,8	66,8	55,3	53,5
Esperança e Solidariedade	22,2	57,1	69,3	56,9	55
Uberlândia	32,6	69,8	80	67,3	66,2
Jardim Canaã	38,2	68,9	81,9	71,4	69,2

Fonte: dados básicos: IBGE. Censo Demográfico 2010 (microdados da amostra). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP).

Nota: A taxa de ocupação foi calculada em relação à População em Idade Ativa.

3.3 Índice de vulnerabilidade juvenil

Geralmente, a estrutura setorial das ocupações dos jovens acompanha a estrutura geral do mercado de trabalho. Mas existem algumas peculiaridades dessa inserção para a juventude, especialmente nas regiões intraurbanas analisadas. Os jovens estão sujeitos à inserção mais vulnerável no mercado de trabalho. Geralmente, ela decorre da falta de experiência e é aprofundada pelas condições de vida em regiões periféricas das cidades onde tanto a preparação para o mercado via escolarização quanto o acesso aos melhores empregos são mais difíceis.

As experiências adquiridas pelos jovens por meio da interação social contribuem para a definição do desempenho e das escolhas que posteriormente podem determinar suas vidas. Nesse sentido, a caracterização da juventude expõe o caráter de transição para a vida adulta. Nessa fase, ressalta-se a formação e o início da vida no mercado de trabalho, que estão fortemente vinculadas com o tipo de trajetória o jovem terá no sistema de ensino e sistema produtivo. No Brasil, além dos desafios da inserção profissional há o desafio da mobilidade, que pode levar os jovens à maturidade ou dificultar a inclusão social, econômica e educacional.

Esse processo favorece alguns aspectos sociais, mas pode também ser um demarcador da exclusão de determinados grupos que não têm oportunidades que favoreçam a participação efetiva no mercado e nos demais espaços sociais.

Ressalta-se ainda que, para grande parte da juventude nas grandes cidades brasileiras, o local de moradia é outro fator de diferenciação: “(...) o endereço faz a diferença: abona ou desabona, amplia ou restringe acessos” (NOVAES, 2006, p. 106). O local de moradia determina consideravelmente as probabilidades de acesso a determinados bens e serviços. Tem caráter excludente, geralmente estigmatizado. Além disso, muitas vezes, a precariedade da estrutura e das condições de vida de áreas com características periféricas da cidade contribuem para a marginalização e rotulação dos moradores como incapazes de exercer a cidadania e de se inserirem no mercado de trabalho.

Assim, o espaço opera como outro fator de discriminação, juntamente com classe, raça/cor, gênero e outros marcadores sociais.

Nessa dinâmica, vê-se que os jovens residentes em áreas intraurbanas mais pobres e com níveis mais altos de violência sofrem mais com as mazelas que esse grupo populacional estão sujeitos, como as altas taxas de desemprego e uma inserção mais precária no mercado de trabalho.

Há vários indicadores que podem ser usados para medir o nível de exclusão social dos jovens. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) propôs o Índice de Vulnerabilidade Juvenil que é “construído por meio da soma entre o percentual de jovens excluídos do mercado de trabalho pelo déficit de emprego formal e os que não estudam e não trabalham, eliminando-se a sobreposição entre desempregados e desempregados que não estudam. Em relação ao total, pode ser calculado como o percentual de jovens que está desempregado, na informalidade e na condição de inativos que não estudam.” (COSTANZI, 2009, p.70)⁵.

A tabela 3.3 indica que, conforme esperado, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) é maior nas áreas intraurbanas selecionadas do que nos municípios aos quais pertencem. Geralmente são maiores também para as mulheres em comparação com os homens e têm um forte peso da precariedade da inserção no mercado de trabalho, vista pela informalidade das relações de trabalho. Essa é uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro e afeta com mais intensidade determinados grupos sociais, como os jovens, migrantes e negros/as.

Considerando os jovens do sexo masculino com idade entre 15 e 18 anos, os municípios com os maiores IVJ foram Curvelo (45,2%) e Betim (44,8%). Chama a atenção o fato de que, em Betim, as duas regiões selecionadas para fazer parte deste estudo apresentaram também níveis mais elevados de vulnerabilidade juvenil no mercado de trabalho. Na região de Citrolândia e Santa Isabel, o índice indicou que 48,6% dos homens de 15 a 18 anos estavam em situação de vulnerabilidade e que, no Jardim Teresópolis eram 44,6%. Destacam-se ainda as regiões de Santos Reis, em Montes Claros, (48,6%), e o Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, (48,7%).

No outro extremo, dos municípios e das regiões analisadas com os menores índices, destacam-se o município de Belo Horizonte (31%), Divinópolis (31%) e as regiões de Vila Olavo Costa (31,1%), cujo índice é inferior ao do município do qual faz parte, Juiz Fora (34%).

O indicador que mais causa impacto no índice de vulnerabilidade juvenil é déficit de emprego formal, especialmente a informalidade. O amplo setor informal do mercado de trabalho é um dos aspectos estruturais no Brasil. Ele indica muitas vezes uma conformação às transformações da estrutura produtiva e dos avanços tecnológicos. Muitas vezes, entretanto, desvela um dos aspectos mais precários de inserção no mercado, o assalariamento disfarçado.

Assim, o déficit de emprego formal é maior em Betim (36,9%) e nas duas regiões desse município analisadas neste estudo: Citrolândia e Santa Isabel (41,5%) e Jardim Teresópolis (36,9%). E é menor em Belo Horizonte (22,7%) e na região do Aglomerado Santa Lúcia (18,1%), também nesse município.

⁵ Costanzi, Rogério Nagamine. Trabalho decente e juventude no Brasil. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009.



Tabela 3.3: Distribuição da população jovem **masculina de 15 a 18 anos** por Índice de Vulnerabilidade Juvenil
Regiões intraurbanas e municípios selecionados – 2010

	I	II	III = I + II	IV	V	VI = IV + V	VII = I + II + VI- V= III + IV
Municípios e regiões intraurbanas	Desempregados	Ocupados na informalidade	Déficit de emprego formal	Inativos que não estudam	Desempregados que não estudam	Jovens que não estudam e não trabalham	Índice de vulnerabilidade de juvenil
Belo Horizonte	9,9	12,8	22,7	8,3	0,0	8,3	31,0
Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas	16,6	7,1	23,6	6,7	1	7,6	30,3
Morro das Pedras	4	12,2	16,3	16,4	1,7	18	32,6
Jardim Felicidade	9,3	17	26,3	10,9	2,7	13,7	37,3
Santa Lucia, Santa Rita de Cassia, Papagaio e Estrela	4,8	13,3	18,1	9,5	2,2	11,7	27,6
Aglomerado da Serra	14,3	15,2	29,50	19,2	1,8	21,1	48,7
Betim	20,5	16,5	36,9	7,6	4,7	12,4	44,6
Jardim Teresópolis	20,5	16,5	36,90	7,6	4,7	12,4	44,6
Citrolândia e Santa Isabel	16,8	24,7	41,5	7,1	5,6	12,7	48,6
Contagem	10	17	26,9	6,4	3	9,4	33,4
Nova Contagem	16,5	17,2	33,7	6	6	12	39,7
Ribeirão das Neves	10,9	15,5	26,4	8,8	3,1	11,9	35,2
Florença	18,4	14	32,3	8	7,5	15,5	40,3
Passos	7,0	16,7	23,6	9,7	2,8	12,4	33,3
Patrimônio_Novo Horizonte	11,2	19,3	30,5	14,8	1,9	16,7	45,3
Curvelo	7,7	27,7	35,4	9,8	1,0	10,9	45,2
Bela Vista	9,3	27,5	36,8	9,7	2	11,7	46,5
Boa Esperança	6,5	28,8	35,3	8,9	1,4	10,3	44,2
Diamantina	6,9	23,8	30,7	12,3	1,8	14,1	43,0
Palha	4,3	24,1	28,4	15,1	0,9	15,9	43,5
Divinópolis	4,9	18,8	23,7	7,3	1,7	9,0	31,0
São João de Deus e São Luiz	6,3	18,9	25,2	7,5	2,1	9,6	32,8
Governador Valadares	9,4	16,5	25,9	11,2	3,0	14,2	37,1
Carapina	12,6	10,7	23,2	9,9	2,6	12,4	33,1
Juiz de Fora	9,9	17,0	26,9	7,1	3,7	10,8	34,0
Vila Olavo Costa	11	8,0	19	12,2	3,8	16	31,1
Montes Claros	10,3	19,9	30,2	8,0	2,9	10,9	38,2
Santos Reis	10,9	26,4	37,3	11,3	3	15,1	48,6
Paracatu	5,6	25,4	31,0	7,3	1,2	8,5	38,2
Paracatuzinho	7,7	25,8	33,4	10,7	1	11,7	44,1
São João del-Rei	6,8	17,6	24,4	9,4	2,5	11,9	33,7
Tejuco	1,3	20,3	21,4	18,9	1,3	20,2	40,5
Teófilo Otoni	7,0	20,0	27	9,3	1,8	11,1	36,3
Esperança e Solidariedade	6,1	21,0	27,1	13,1	1,2	14,3	40,2
Uberlândia	8,5	19,5	28,0	6,5	2,2	8,7	34,5
Jardim Canaã	11,7	22	33,7	4,8	3,1	7,9	38,6

Fonte: dados básicos: IBGE. Censo Demográfico 2010 (microdados da amostra). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

A tabela 3.4 apresenta o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) para as mulheres com idade entre 15 e 18 anos. O município com o maior IVJ foi Betim (46,6%). Chama a atenção o fato de que, nesse município, as duas regiões selecionadas para fazer parte deste estudo apresentaram também níveis mais elevados de vulnerabilidade juvenil no mercado de trabalho, assim como para os meninos. Na região de Citrolândia e Santa Isabel, o índice indicou que 50,7% das mulheres de 15 a 18 anos estavam em situação de vulnerabilidade e que, no Jardim Teresópolis, 46,6%, superiores aos índices encontrados para os homens da mesma faixa etária. Destacam-se ainda as regiões de Morro das Pedras (52,8%), em Belo Horizonte; Bela Vista, em Curvelo (48,1%); e Paracatuzinho (48,9%), em Paracatu.

No outro extremo, dos municípios e das regiões analisadas com os menores índices, destacam-se os municípios de Juiz de Fora (24,9%) e São João del-Rei e as regiões de Vila Olavo Costa (23,7%) e Aglomerado Santa Lúcia (27,1%), em Belo Horizonte.

O indicador que mais causa impacto no índice de vulnerabilidade juvenil das mulheres dessa faixa etária também é o déficit de emprego formal, especialmente a informalidade. Para elas, todavia, nota-se uma proporção maior daquelas que não estudam, não trabalham ou procuram emprego.

Assim, o déficit de emprego formal é maior em Betim (31,1%) e nas duas regiões desse município analisadas neste estudo, Citrolândia e Santa Isabel (35,5%) e Jardim Teresópolis (31,1%), menores do que para os meninos dessa faixa etária. E é menor em São João del-Rei (12,2%) e Juiz de Fora (16,1%).

Tabela 3.4: Distribuição da população jovem **feminina de 15 a 18 anos** por Índice de Vulnerabilidade Juvenil
Regiões intraurbanas e municípios selecionados – 2010

	I	II	III = I + II	IV	V	VI = IV + V	VII = I + II + VI- V= III + IV
Municípios e regiões intraurbanas	Desempregados	Ocupados na informalidade	Déficit de emprego formal	Inativos que não estudam	Desempregados que não estudam	Jovens que não estudam e não trabalham	Índice de vulnerabilidade de juvenil
Belo Horizonte	10,7	10,6	21,3	10,4	0,0	10,4	31,7
Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas	16,6	8,9	25,5	8,7	2,5	11,2	34,1
Morro das Pedras	16,6	21,8	38,4	14,4	1,6	16	52,8
Jardim Felicidade	12,5	10,9	23,4	11,8	4,4	16,2	35,3
Santa Lucia, Santa Rita de Cassia, Papagaio e Estrela	3,5	6,2	9,7	17,3	2	19,3	27,1
Aglomerado da Serra	10,4	16,3	26,7	8,3	1,4	9,7	35
Betim	15,3	15,8	31,1	15,5	4,0	19,5	46,6
Jardim Teresópolis	15,3	15,8	31,1	15,5	4	19,5	46,6
Citrolândia e Santa Isabel	19,3	16,2	35,5	15,2	6,4	21,5	50,7
Contagem	14,6	12,2	26,9	8,4	4,4	12,8	35,2
Nova Contagem	22,1	10,6	32,7	11,9	5,3	17,1	44,5
Ribeirão das Neves	13,6	11	24,6	12,5	4,5	17	37,1
Florença	17,3	2,1	19,4	14,9	8,7	23,5	34,3
Passos	10,3	15,6	25,8	9,8	3,1	12,9	35,6
Patrimônio_Novo Horizonte	11,9	21,6	33,5	11,2	5,5	16,7	44,7
Curvelo	9,8	14,2	24,1	13,4	4,1	17,5	37,4
Bela Vista	21,4	14,4	35,8	12,3	10,5	22,9	48,1
Boa Esperança	5,8	16,4	22,2	14,1	1,1	15,1	36,3
Diamantina	8,8	19,8	28,6	10,5	2,3	12,7	39,1
Palha	8,3	18,3	26,6	13,5	2,1	15,6	40,1
Divinópolis	8,0	15,6	23,7	9,4	2,1	11,5	33,1
São João de Deus e São Luiz	12,7	15,2	27,9	10,9	3,4	14,3	38,8
Governador Valadares	11,1	12,6	23,7	12,0	3,6	15,6	35,7
Carapina	10,2	12,7	22,9	14,9	5,6	20,4	37,7
Juiz de Fora	9,8	6,3	16,1	8,8	3,0	11,8	24,9
Vila Olavo Costa	12,1	2,5	14,6	9,1	4,2	13,4	23,7
Montes Claros	11,9	13,9	25,8	10,1	4,8	15,0	36,0
Santos Reis	13,1	23,1	36,2	12,9	7,6	16,2	49,1
Paracatu	7,1	17,3	24,3	14,0	1,5	15,5	38,3
Paracatuzinho	10,7	21,7	32,3	16,6	1,2	17,8	48,9
São João del-Rei	8,6	3,6	12,2	13	1,5	14,5	25,2
Tejuco	3,4	18,8	7,2	23	0	23	45,2
Teófilo Otoni	8,3	13,6	21,8	15,7	2,7	18,4	37,5
Esperança e Solidariedade	12,2	14,2	26,5	16,7	5,7	22,3	43,1
Uberlândia	10,0	10,8	20,8	8,6	3,0	11,6	29,5
Jardim Canaã	13,6	14,4	28,1	8,8	3,5	12,3	36,8

Fonte: dados básicos: IBGE. Censo Demográfico 2010 (microdados da amostra). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

A tabela 3.5 apresenta o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) para os homens na faixa etária de 19 a 24 anos, período em que os jovens estariam terminando a fase de formação no sistema de ensino e começando a vida profissional. Os municípios com o maior IVJ foram Teófilo Otoni (53,9%) e Curvelo (50,9%). As regiões intraurbanas com situação mais desfavorável vista por esse índice foram Tejuco (62,3%), em São João del-Rei; Boa Esperança (55%), em Curvelo; e Santos Reis, em Montes Claros (53,6%).

No outro extremo, dos municípios e das regiões analisadas com os menores índices, destacam-se os municípios de Contagem (33,6%) e Divinópolis (33,8%) e as regiões de São João de Deus e São Luiz (30,4%), em Divinópolis; e Florença (31,2%), em Ribeirão das Neves.

Assim como na faixa etária anterior, o indicador que mais provoca impacto no índice de vulnerabilidade juvenil dos homens é o déficit de emprego formal, especialmente a informalidade. Agora, no entanto, o desemprego passa a atingir uma proporção maior de jovens, assim como a parcela dos que não estudam nem trabalham.

Assim, o déficit de emprego formal é maior em Curvelo (39,6%) e Montes Claros (38,7%). E, segundo região intraurbana, destacam-se Boa Esperança (40,6%), em Curvelo; e Santos Reis (39,2%), em Montes Claros.

Tabela 3.5: Distribuição da população jovem **masculina de 19 a 24 anos** por Índice de Vulnerabilidade Juvenil
Regiões intraurbanas e municípios selecionados – 2010

Municípios e regiões intraurbanas	I	II	III = I + II	IV	V	VI = IV + V	VII = I + II + VI - V = III + IV
	Desempregados	Ocupados na informalidade	Déficit de emprego formal	Inativos que não estudam	Desempregados que não estudam	Jovens que não estudam e não trabalham	Índice de vulnerabilidade de juvenil
Belo Horizonte	7,2	18,6	25,8	9,1	0,0	9,2	34,9
Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas	19	24,5	28,8	10,4	13,1	23,5	35,7
Morro das Pedras	6,2	17,8	23,9	12	6,2	18,1	35,9
Jardim Felicidade	14,2	6,4	20,7	14,4	13,4	27,8	35,1
Santa Lucia, Santa Rita de Cassia, Papagaio e Estrela	2,8	19,3	22,1	22,4	2,1	24,5	44,5
Aglomerado da Serra	4,9	19,1	24	13,5	2,1	15,6	37,5
Betim	15,4	12,7	28,1	6,8	11,3	18,1	34,9
Jardim Teresópolis	15,4	12,7	28,1	6,8	11,3	18,1	34,9
Citrolândia e Santa Isabel	10,7	20	30,7	8,6	8,9	17,6	39,3
Contagem	6,2	18,0	24,1	9,5	4,9	14,3	33,6
Nova Contagem	6,6	16	22,6	17,8	5,8	23,6	40,3
Ribeirão das Neves	6,2	17,7	23,9	13,7	5,1	18,9	37,6
Florença	3,8	17,8	21,6	9,6	2,9	12,5	31,2
Passos	5,4	20,4	25,7	11,6	4,2	15,8	37,3
Patrimônio_Novo Horizonte	4,4	23,8	28,2	13,7	1,5	15,1	41,9
Curvelo	10,2	29,4	39,6	11,3	7,7	19,1	50,9
Bela Vista	7,8	18,1	25,8	8,2	6,5	14,7	34
Boa Esperança	8,4	32,2	40,6	14,4	6,7	21,1	55
Diamantina	6,8	24,3	31,1	17,3	5,1	22,4	48,4
Palha	5,1	18,5	23,6	25,7	4,1	29,7	49,2
Divinópolis	3,5	22,9	26,4	7,3	2,2	9,5	33,8
São João de Deus e São Luiz	3,4	21,7	25	5,4	3,4	8,7	30,4
Governador Valadares	10,3	26,0	36,4	11,9	8,5	20,4	48,3
Carapina	11	22,5	33,4	17,5	9,6	27,1	50,9
Juiz de Fora	8,7	19	27,7	9,9	6,2	16,1	37,6
Vila Olavo Costa	9,4	11,9	32,1	10,4	7,1	17,5	42,5
Montes Claros	10,5	28,2	38,7	10,4	6,6	17,0	49,1
Santos Reis	10,7	28,6	39,2	14,3	10,7	25	53,6
Paracatu	5,9	23,7	29,6	11,5	4,2	15,7	41,1
Paracatuzinho	6,1	22,3	28,4	10,2	5,4	15,6	38,6
São João del-Rei	7,6	20,6	28,2	13,9	5,3	19,2	42,1
Tejuco	8,1	30,3	38,4	24	5,5	29,5	62,3
Teófilo Otoni	9,9	29,4	39,4	14,5	7,4	21,9	53,9
Esperança e Solidariedade	9,3	33,2	42,5	12,5	8	20,5	55
Uberlândia	5,5	19,6	25,0	6,1	3,6	9,7	31,2
Jardim Canaã	7,1	20,3	27,3	7,5	5,1	12,5	34,8

Fonte: dados básicos: IBGE. Censo Demográfico 2010 (microdados da amostra). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Os dados de vulnerabilidade juvenil para as mulheres de 19 a 24 anos indicam que sua condição no mercado de trabalho é bem pior do que a dos homens na mesma faixa etária. O patamar do IVJ é superior ao dos homens em praticamente todos os municípios e todas as áreas intraurbanas.

Os municípios com o maior IVJ foram Curvelo (61,7%), Montes Claros (60,8%) e Teófilo Otoni (60,1%). As regiões intraurbanas com situação mais desfavorável foram Palha (70,8%), em Diamantina; Boa Esperança (70%), em Curvelo; e Tejuco (70,6%), em São João del-Rei. São praticamente as mesmas regiões com os maiores índices para os homens da mesma faixa etária.

No outro extremo, dos municípios e das regiões analisadas com os menores índices, destacam-se os municípios de Divinópolis (40,1%), Uberlândia (40,6%) e Belo Horizonte (40,9%) e as regiões de Aglomerado da Serra (40,9%), em Belo Horizonte; São João de Deus e São Luiz (42,8%); em Divinópolis; e Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas (43%), em Belo Horizonte.

Diferente do que acontece com a faixa etária anterior, há um equilíbrio maior entre o déficit de emprego formal e a proporção de jovens que não estudam nem trabalham no caso das mulheres. Isso porque há uma diferença de gênero expressiva na forma de inserção no mercado de trabalho. No caso das mulheres, há uma pressão maior para que elas tenham mais responsabilidades no âmbito doméstico do que no mercado de trabalho, ao contrário do que acontece com os homens. Essa relação parece ser mais forte para as mulheres mais pobres, uma vez que elas contam com uma estrutura de apoio mais precária para garantir sua permanência no sistema produtivo.

Assim, por exemplo, em Nova Contagem, 47,7% das mulheres de 19 a 24 anos não tem trabalho nem estão na escola. No município de Contagem, 27,2% das mulheres dessa faixa etária estão nessa condição.

Tabela 3.6: Distribuição da população jovem **feminina de 19 a 24 anos** por Índice de Vulnerabilidade Juvenil
Regiões intraurbanas e municípios selecionados – 2010

	I	II	III = I + II	IV	V	VI = IV + V	VII = I + II + VI- V= III + IV
Municípios e regiões intraurbanas	Desempregados	Ocupados na informalidade	Déficit de emprego formal	Inativos que não estudam	Desempregados que não estudam	Jovens que não estudam e não trabalham	Índice de vulnerabilidade de juvenil
Belo Horizonte	9,6	17,1	26,7	14,2	0,1	14,3	40,9
Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas	10,1	11,9	19,4	26,8	9,5	36,3	43
Morro das Pedras	7,8	20,3	28,1	18,2	3,4	21,6	46,3
Jardim Felicidade	11,6	15,3	26,8	20,7	8,4	29,1	47,6
Santa Lucia, Santa Rita de Cassia, Papagaio e Estrela	11,5	20,2	31,7	15,6	6	21,6	47,3
Aglomerado da Serra	13,6	14,4	28	12,8	6,9	19,7	40,9
Betim	13,4	12,1	25,6	24,7	10,3	35,0	50,3
Jardim Teresópolis	13,4	12,1	25,6	24,7	10,3	35	50,3
Citrolândia e Santa Isabel	25,9	16,4	42,3	21,1	22,2	43,2	63,4
Contagem	12,0	14,9	26,9	18,0	9,2	27,2	44,9
Nova Contagem	18	11,4	29,4	31,5	16,2	47,7	60,9
Ribeirão das Neves	12,7	15,2	27,9	21,7	10,4	32,1	49,6
Florença	9,1	12,6	21,7	22,7	9,1	31,8	44,4
Passos	8,4	16,8	25,3	21,7	6,9	28,7	47,0
Patrimônio_Novo Horizonte	9,6	20,1	29,7	24,4	6	30,4	54,2
Curvelo	19,2	18,5	37,7	24,0	15,8	39,8	61,7
Bela Vista	11,3	12	23,3	20	7,7	27,8	43,4
Boa Esperança	13,6	22,2	35,8	34,3	9,2	43,5	70
Diamantina	13,6	23,4	37,1	19,4	8,9	28,3	56,5
Palha	10,6	27	37,6	33,2	6,8	40	70,8
Divinópolis	5,9	16,0	21,9	18,2	4,3	22,5	40,1
São João de Deus e São Luiz	5,2	17	22,2	20,6	4,7	25,3	42,8
Governador Valadares	16,4	19,9	36,3	22,4	13,6	36,0	58,7
Carapina	11,8	23,4	35,2	22,8	10,7	33,5	58
Juiz de Fora	13,5	14,5	28,0	17,4	9,0	26,5	45,5
Vila Olavo Costa	11,5	11,4	28,6	21,2	8,9	30,1	49,8
Montes Claros	16,0	24,1	40,1	20,8	11,1	31,9	60,8
Santos Reis	20,6	26,8	47,3	20,7	16,7	37,4	68,1
Paracatu	14,3	19,7	34,0	23,8	9,2	33,0	57,8
Paracatuzinho	17,5	18,6	36,1	23,5	11,7	35,1	59,6
São João del-Rei	11,9	18,5	30,4	19,1	9,4	28,5	49,5
Tejuco	13,2	29,7	42,9	27,7	11,8	39,5	70,6
Teófilo Otoni	14,2	18,9	33,1	27,0	10,2	37,2	60,1
Esperança e Solidariedade	15,3	25,5	40,8	28,2	13,6	41,8	69,0
Uberlândia	8,6	16,4	25	15,6	6,2	21,8	40,6
Jardim Canaã	9	16,7	25,7	25,1	8	33	50,8

Fonte: dados básicos: IBGE. Censo Demográfico 2010 (microdados da amostra). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Os dados de vulnerabilidade juvenil para os homens de 25 a 29 anos são apresentados na tabela 3.7. Nessa fase da vida, na média, já se deu a inserção no mercado de trabalho e já terminou o período de formação escolar, especialmente do ensino básico e médio. Nesse sentido, parte expressiva desses jovens adultos já se encontra no mercado de trabalho e suas profissões estão relativamente definidas.

Observa-se assim que em praticamente todos os municípios o índice de vulnerabilidade juvenil é menor nessa faixa etária do que na anterior, exceto em Passos e Divinópolis. Os municípios com os maiores IVJ foram Teófilo Otoni (49,9%), Diamantina (45,8%) e Curvelo (45,6%). As regiões intraurbanas com situação mais desfavorável foram Esperança e Solidariedade (55,9%), em Teófilo Otoni; Palha (53,8%), em Diamantina; e Tejuco (52,4%), em São João del-Rei.

No outro extremo, dos municípios e das regiões analisadas com os menores índices, destacam-se os municípios de Belo Horizonte (11,1%) e Betim (27,7%) e as regiões de Vila Olavo Costa (27,1%), em Juiz de Fora; e Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas (27,7%), em Belo Horizonte.

Assim como na faixa etária anterior, o indicador que mais tem impacto no índice de vulnerabilidade juvenil dos homens é o déficit de emprego formal, especialmente a informalidade. Em algumas regiões, contudo, também verificamos a parcela expressiva de jovens que não estudam nem trabalham.

Assim, o déficit de emprego formal é maior em Curvelo (40%) e Diamantina (37,8%). E, por região intraurbana, destaca-se Esperança e Solidariedade (45,2%), em Teófilo Otoni; Carapina (43,4%), em Governador Valadares; e Palha (41,6%), em Diamantina.

Tabela 3.7: Distribuição da população jovem **masculina de 25 a 29 anos** por Índice de Vulnerabilidade Juvenil
Regiões intraurbanas e municípios selecionados – 2010

	I	II	III = I + II	IV	V	VI = IV + V	VII = I + II + VI- V= III + IV
Municípios e regiões intraurbanas	Desempregados	Ocupados na informalidade	Déficit de emprego formal	Inativos que não estudam	Desempregados que não estudam	Jovens que não estudam e não trabalham	Índice de vulnerabilidade de juvenil
Belo Horizonte	4,5	0,4	5	6,1	0	6,2	11,1
Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas	5,4	16,6	20,6	7,6	5,4	13	27,7
Morro das Pedras	6,2	31,5	37,7	2,8	4,4	7,2	40,6
Jardim Felicidade	3	19,4	22,4	5,7	3	8,6	28,1
Santa Lucia, Santa Rita de Cassia, Papagaio e Estrela	4,6	22,7	27,3	6	2,6	8,6	33,3
Aglomerado da Serra	2,1	26,3	28,4	7,6	3	10,6	36
Betim	4,0	16,7	20,8	7,0	4,5	11,5	27,7
Jardim Teresópolis	4	16,7	20,8	7	4,5	11,5	27,7
Citrolândia e Santa Isabel	6,3	13,5	19,8	8,2	5,5	13,7	28
Contagem	3,3	19,2	22,6	9,2	0,2	9,3	31,7
Nova Contagem	5,5	9,1	14,6	22,9	1,8	24,7	37,5
Ribeirão das Neves	3,7	17,9	21,6	11,9	0,4	12,3	33,6
Florença	2,2	17,6	19,8	10,3	8	18,3	30,1
Passos	4,2	29,3	33,5	6,5	1,2	7,7	40,0
Patrimônio_Novo Horizonte	4,5	26,4	30,9	6,7	7,9	14,6	37,6
Curvelo	6,2	33,8	40,0	5,6	1,8	7,4	45,6
Bela Vista	3,6	34,1	37,7	5,8	3,5	9,4	43,5
Boa Esperança	5,3	32,2	37,4	4,9	4,2	9,2	42,4
Diamantina	7,6	30,2	37,8	8,0	2,8	10,8	45,8
Palha	5,5	36,1	41,6	12,2	5,5	17,7	53,8
Divinópolis	3,8	27,9	31,7	4,0	0,6	4,6	35,7
São João de Deus e São Luiz	3,1	25,6	28,7	5,2	3,4	8,6	33,9
Governador Valadares	6,4	28,4	34,8	10,6	0,5	11,1	45,4
Carapina	8	35,5	43,4	6,8	5,7	12,5	50,2
Juiz de Fora	7,0	20,8	27,8	6,2	0,3	6,5	34,0
Vila Olavo Costa	3,1	19,6	22,8	4,3	3	7,3	27,1
Montes Claros	6,1	30,8	36,9	7,2	0,3	7,5	44,1
Santos Reis	3,0	22,8	25,7	6,3	6,7	12,9	32
Paracatu	4,6	25,2	29,8	6,8	1,4	8,2	36,5
Paracatuzinho	2,2	23,3	25,5	9,7	4,8	14,5	35,2
São João del-Rei	2,9	22,2	25,1	14,6	1,6	16,2	39,7
Tejuco	4,2	23,1	27,3	25,1	6,7	31,8	52,4
Teófilo Otoni	5,1	29,5	34,6	15,4	1,0	16,3	49,9
Esperança e Solidariedade	4,6	40,6	45,2	10,8	3,1	13,9	55,9
Uberlândia	2,7	21,7	26,6	6,5	0,2	6,7	30,9
Jardim Canaã	3,1	28,6	31,7	3,2	1	6,3	34,9

Fonte: dados básicos: IBGE. Censo Demográfico 2010 (microdados da amostra). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Assim como para as demais faixas etárias, os dados de vulnerabilidade juvenil para as mulheres de 25 a 29 anos indicam que sua condição no mercado de trabalho é pior do que a dos homens na mesma faixa etária. O patamar do IVJ é superior ao dos homens em praticamente todos os municípios e todas áreas intraurbanas. E, ao contrário dos homens, o índice não diminuiu com a idade.

Os municípios com os maiores IVJ foram Paracatu (57,8%), Teófilo Otoni (57,8%) e Governador Valadares (56,6%). As regiões intraurbanas com situação mais desfavorável foram Palha (68,7%), em Diamantina; Santos Reis (68,1%), em Montes Claros; e Tejuco (65,9%), em São João del-Rei.

No outro extremo, dos municípios e das regiões analisadas com os menores índices, destacam-se os municípios de Belo Horizonte (21,7%), Divinópolis (41,6%) e Uberlândia (42,4%) e as regiões do Aglomerado Santa Lúcia (38,7%) e Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas (39,4%), em Belo Horizonte; e Vila Olavo Costa (39,8%), em Juiz de Fora.

Tabela 3.7: Distribuição da população jovem **feminina de 25 a 29 anos** por Índice de Vulnerabilidade Juvenil
Regiões intraurbanas e municípios selecionados – 2010

	I	II	III = I + II	IV	V	VI = IV + V	VII = I + II + VI- V= III + IV
Municípios e regiões intraurbanas	Desempregados	Ocupados na informalidade	Déficit de emprego formal	Inativos que não estudam	Desempregados que não estudam	Jovens que não estudam e não trabalham	Índice de vulnerabilidade de juvenil
Belo Horizonte	6,5	0,4	6,9	14,9	0,1	14,9	21,7
Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas	2,7	19,1	22,2	16,9	1,6	18,5	39,4
Morro das Pedras	4,6	29,9	34,5	20,1	4,6	24,7	54,6
Jardim Felicidade	7,1	15,5	22,6	25,6	7,1	32,7	48,2
Santa Lucia, Santa Rita de Cassia, Papagaio e Estrela	4	20,9	24,9	13,8	2,9	16,7	38,7
Aglomerado da Serra	6,2	25,5	31,7	16,2	3,6	19,7	47,9
Betim	7,5	20,0	27,6	24,5	5,7	30,2	52,0
Jardim Teresópolis	7,5	20	27,6	24,5	5,7	30,2	52
Citrolândia e Santa Isabel	15,5	19,7	35,2	24,5	6,7	31,2	59,7
Contagem	8,9	17,7	26,7	18,2	0,2	18,4	44,9
Nova Contagem	19,1	17,8	36,9	24,3	2,7	27	61,2
Ribeirão das Neves	7,9	17,2	25,1	24,6	0,5	25,1	49,7
Florença	10,7	10,9	21,6	25	8,9	33,9	46,6
Passos	4,3	15,0	19,3	23,4	1,5	24,9	42,7
Patrimônio_Novo Horizonte	7,3	12	19,3	22,2	10,1	32,3	41,5
Curvelo	14,5	23,0	37,4	17,4	2,2	19,6	54,8
Bela Vista	12,2	22,4	34,6	18,8	12,2	31	53,4
Boa Esperança	12	28	40	19	5,4	24,4	59
Diamantina	12,2	29,5	41,7	14,0	3,4	17,3	55,7
Palha	12,2	34,1	46,3	22,4	11,4	33,8	68,7
Divinópolis	4,5	19,5	24,0	17,6	0,7	18,3	41,6
São João de Deus e São Luiz	3,6	15,3	18,9	22,5	4,4	26,9	41,4
Governador Valadares	9,9	22,9	32,8	23,8	0,6	24,4	56,6
Carapina	12	32,1	44,1	15,1	6,3	21,3	59,2
Juiz de Fora	8,2	19,3	27,5	20,0	0,3	20,3	47,5
Vila Olavo Costa	4,4	14,6	19	20,8	4,4	24,4	39,8
Montes Claros	11,0	24,3	35,3	21,2	0,4	21,5	56,4
Santos Reis	10	29,8	39,9	28,2	8,4	36,6	68,1
Paracatu	10,1	17,2	27,3	33,4	1,8	35,2	60,7
Paracatuzinho	18,6	8,4	27,1	35,1	6,2	41,3	62,2
São João del-Rei	7,8	20,0	27,7	22,8	2,0	24,8	50,5
Tejuco	7,6	27,9	35,5	30,4	7,9	38,3	65,9
Teófilo Otoni	10,5	19,5	30,0	27,7	1,1	28,9	57,8
Esperança e Solidariedade	13,9	24,1	38,1	27,5	3,6	31,1	65,5
Uberlândia	7,5	17,7	25,2	17,2	0,2	17,4	42,4
Jardim Canaã	10,6	15,7	26,3	17,2	8,3	20,8	43,5

Fonte: dados básicos: IBGE. Censo Demográfico 2010 (microdados da amostra). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou caracterizar as condições de acesso à educação e mensurar os principais indicadores de vulnerabilidade de inserção no mercado de trabalho dos jovens com idade entre 15 a 29 anos residentes em 20 áreas intraurbanas de Minas Gerais com altas taxas de homicídio de jovens e incidência de pobres.

Essa faixa de idade é bastante heterogênea especialmente porque inclui fases da vida muito distintas, que abarcam tanto aqueles mais jovens, que estão numa etapa de formação e preparação para entrada no mercado de trabalho, quanto os que já exercem alguma atividade remunerada ou se dedicam exclusivamente aos cuidados de outros membros do domicílio ou família. Por isso, o estudo buscou apresentar as informações para subgrupos de idade.

Um dos pontos importantes deste trabalho foi levar em conta uma instância espacial e territorial fundamental para a composição do caleidoscópio da construção das vulnerabilidades a que estão sujeitos determinados grupos populacionais. As complexidades da vida contemporânea combinam tempos espaciais diferenciados e articulados de uma infinidade de formas que nos arriscamos a retratar neste estudo por meio da comparação.

Alguns fatores não parecem surpreendentes: que os jovens mais pobres têm menos acesso à escola e estão mais sujeitos à reprovação e ao atraso escolar não é grande novidade. No Brasil, a taxa de analfabetismo caiu expressivamente nas últimas décadas e hoje atinge a população mais velha com muito mais intensidade. Neste sentido, quando se compara a média da taxa de analfabetismo para população com 15 anos ou mais de idade no país (9,6%), em 2010, com as dos subgrupos etários que compõem o que este estudo chama de juventude, percebe-se que elas são quase residuais. Mesmo assim, percebe-se também que há diferenças espaciais importantes que sinalizam que diversas barreiras ainda precisam ser transpostas para o exercício da cidadania das populações mais pobres, excluídas e marginalidades das cidades. Destaca-se, por exemplo, Nova Contagem, área da região metropolitana de Belo Horizonte, onde 4,6% dos jovens de 15 a 29 anos eram analfabetos em 2010 e Palha, em Diamantina, que tinha 3,8% de analfabetos nessa faixa etária.

A taxa de atendimento e a taxa de escolarização líquida são indicadores que evidenciam que o acesso dessa população à escola também está estritamente vinculado à organização do espaço. Com poucas exceções, as taxas de atendimento da população jovem em cada grupo etário são maiores na média do município do que em cada uma das áreas intraurbanas analisadas individualmente.

Além disso, para completar o cenário que mostra como a população que reside em áreas mais vulneráveis tem dificuldades adicionais de inserção social, o estudo mostrou que existe uma parcela significativa de

jovens, especialmente com idade entre 15 e 17 anos, que não consegue progredir na escola e estava retida em etapas anteriores às previstas para sua idade. Nesse caso, a situação também é pior nas áreas intraurbanas do que na média do município.

No que se refere à vulnerabilidade social do segmento juventudes no mercado de trabalho, o estudo mostrou que os jovens que residem em determinadas áreas da cidade estão mais sujeitos a uma inserção mais precária e têm acesso a um mercado de trabalho mais restrito. As principais características do padrão de inserção ocupacional dos jovens nestas áreas indicam que as taxas de desemprego dos jovens são superiores às dos adultos no Brasil. Ressalta-se, todavia, que nas regiões mais vulneráveis da cidade a situação é ainda pior do que nas demais áreas. Os jovens tendem a entrar precocemente no mercado de trabalho e a sair da escola antes de completar o ensino básico. Além disso, os que residem nas áreas mais vulneráveis têm acesso a um mercado de trabalho de pior qualidade e geralmente ocupam postos de trabalho informais que tendem a ser mais precários do que os do setor formal da economia que dá acesso às carreiras, aos direitos trabalhistas e à proteção social. O setor informal é fundamental para o mercado de trabalho brasileiro, mas para os jovens, como esse setor tem baixa barreira de entrada, é mais acessível especialmente àqueles com pouca escolaridade e baixa qualificação. Isso tem um impacto fundamental na trajetória profissional dos jovens que acabam tendo experiências mais precárias e errantes no mercado de trabalho, o que reduz suas chances de mobilidade ascendente.

REFERÊNCIAS

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/construcao-das-unidades-de-desenvolvimento-humano/. Acesso em: nov. 2016.
- COSTANZI, Rogério Nagamine. Trabalho decente e juventude no Brasil. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009.
- DURHAN, Eunice R. O ensino superior no Brasil: público e privado. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo. Documento de Trabalho 3/03, 2003. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>. Acesso em: jun.2016.
- FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? In: Educação e Sociedade. Campinas, v.3, n. 81, p. 21-47, dez.2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13930.pdf>. Acesso em jun.2018.
- FREIRE, Paulo. Ação Cultural Para a Liberdade e outros escritos. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- HANUSHEK, Eric A. Publicly provided education. In: AUERBACH, Alan J., FELDSTEIN, Martin (Eds.). Handbook of public economics. Amsterdam, Elsevier, v. 4, p. 2045- 2141, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/default_resultados_gerais_amostra.shtm >. Acesso em: dez. 2016.
- NOVAES, R. Riscos e perturbações nas trajetórias jovens. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M. de; EUGÊNIO, F. (Orgs.). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- PAIVA, V. Um século de educação republicana. Pró-Posições, Campinas, v. 1, n. 2, p. 7-21, jul. 1990.
- PIZARRO, R. La vulnerabilidad social y sus desafíos: una mirada desde América Latina. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

